

A INVISIBILIDADE DA COMUNIDADE LGBTQIA+ NO CURRÍCULO E NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

José Renê Moura da Silva¹, Maria Eduarda Menezes Alves², Carlos Rochester
Ferreira de Lima³

¹ Graduando do curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/

FAFIDAM – Limoeiro do Norte, CE. E-mail: josezinho.rene@aluno.uece.br

² Graduanda do curso de História na Faculdade Filosofia Dom Aureliano Matos/ FAFIDAM

– Limoeiro do Norte, CE. E-mail: duda.alves@aluno.uece.br

³ Professor do curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano

Matos/FAFIDAM – Limoeiro do Norte, CE. E-mail: rochester.lima@uece.br

Resumo: Diante da discriminação e subalternização históricas da comunidade LGBTQIA+, este artigo tem como finalidade discutir e problematizar o apagamento da comunidade LGBTQIAP+ nos livros didáticos de História, buscando observar quais aspectos do currículo são priorizados e evidenciando a superficialidade com que esse grupo é abordado. Analisa-se de forma qualitativa como a construção do currículo e dos materiais didáticos está relacionada a escolhas políticas e sociais que privilegiam narrativas hegemônicas, contribuindo para a invisibilização de sujeitos historicamente marginalizados. Usamos como base os textos de HILARIO; SANTOS (2021), FREIRE (1987), COLLINS (2015). Além disso, discute-se a influência de diretrizes como a Base Nacional Comum Curricular e programas como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático nesse processo. Por fim, defende-se a necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas, inspiradas em perspectivas críticas de educação, como as de Paulo Freire, visando à construção de um ensino de História mais plural e comprometido com a justiça social.

Palavras-chave: Invisibilidade; Interseccionalidade; Currículo Escolar;



Introdução:

A escola constitui de um espaço fundamental para construção de conhecimentos, identidades e valores sociais. Nesse contexto, o currículo escolar desempenha um papel central ao definir quais saberes são legitimados e transmitidos no ambiente educacional. No entanto, diferentes estudos têm apontado que determinados grupos sociais permanecem historicamente sub-representados ou invisibilizados nos conteúdos escolares, especialmente no que se refere às discussões sobre diversidade sexual e de gênero no currículo escolar.

No campo do ensino de História, essa invisibilidade torna-se particularmente significativa, uma vez que a disciplina possui o potencial de problematizar processos sociais, culturais e políticos que estruturam a sociedade. Entretanto, a organização curricular e os materiais didáticos frequentemente reproduzem narrativas tradicionais, centradas em perspectivas hegemônicas, limitando a inclusão de experiências históricas relacionadas a grupos marginalizados.

Nesse sentido, as políticas educacionais e os programas responsáveis pela organização e distribuição de materiais didáticos exercem influência direta sobre a forma como o conhecimento histórico é apresentado nas escolas. Paralelamente, pesquisas voltadas à diversidade sexual e de gênero evidenciam que a ausência ou a abordagem limitada dessas temáticas no currículo escolar contribui para a reprodução de práticas de exclusão e silenciamento, gerando uma conduta marginalizada direcionada a esses grupos.

No Brasil, documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017; 2018) e programas como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (BRASIL, 2017 (Decreto nº 9.099/2017, que regula o PNLD) orientam a construção do currículo e a produção de livros didáticos utilizados nas instituições de ensino. Embora haja, de fato, uma busca para esses assuntos serem vistos, ainda há um grande apagamento no currículo escolar relacionado a esses sujeitos. Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre como o currículo escolar e os materiais didáticos de História têm tratado, ou deixado de tratar, as questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero dentro e fora do ambiente escolar.

Assim, este artigo tem como objetivo discutir a invisibilidade da comunidade LGBTQIA+ no currículo e nos livros didáticos de História, analisando de que maneira as orientações curriculares e as políticas educacionais influenciam a construção das narrativas históricas no contexto escolar. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender como os processos de seleção e organização do conhecimento histórico podem contribuir tanto para a

manutenção de silenciamentos quanto para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e críticas no ensino de História.

Desenvolvimento:

A comunidade LGBTQIAPN+ assim como diversas minorias trabalham ativamente para ocupar determinados espaços a qual lhes foram negligenciados, diante dessa discussão, tratando a respeito do currículo escolar, e sua representação no livro didático de história, o debate sobre ocupações de espaços não é tão recente como pensamos. A pergunta a ser feita é: Como um movimento que começou nos anos de 1970, parece um debate tão atual? A pergunta parece um tanto contraditória, pois ela evidencia um desfalque no conhecimento sobre o próprio assunto.

Em análise a isso, seria interessante observar como esses indivíduos estão sendo colocados nos livros didáticos, e como está sendo explorado a dimensão histórica social desse grupo. É certo dizer que, embora as escolas sejam um lugar que amplifica conhecimento e constrói cidadãos críticos, ainda existe uma grande barreira da qual muitos assuntos essenciais fiquem de fora. Discutiremos a seguir como o currículo escolar espelha uma sociedade que marginaliza e silencia alguns grupos destintos.

Neto (2022) traz como a relação da escola e o currículo escolar são primordiais para uma formação docente:

Na escola, o currículo é a diretriz fundante das práticas de ensino adotadas pelos docentes e pela gestão escolar, pois nele estão descritos as finalidades e os objetivos visados, ele também elucida sobre a organização, os conteúdos, as avaliações e os métodos de ensino-aprendizagem. Já a formação docente é um percurso amplo e que nunca cessa, desde aquele curso que os professores realizam de maneira autônoma, a uma segunda graduação ou pós-graduação, até as formações institucionalizadas que antecedem o período letivo, ou seja, tudo que compõe o processo formativo docente é parte do trajeto de formação, que normalmente busca instrumentalizar, informar e apontar caminhos entre a didática e o conteúdo na prática docente (ARAÚJO; CRUZ; *Apud.* DANTAS, 2018, p. 27.).

Conforme evidenciam Hilário e Santos (2021), as experiências educacionais são profundamente impactadas pela sobreposição dessas categorias, revelando que a exclusão de

determinados grupos não ocorre de forma isolada, mas resulta de estruturas sociais complexas e interdependentes. Embora o estudo se concentre nas trajetórias de mulheres negras, suas contribuições possibilitam ampliar a análise para outros sujeitos historicamente invisibilizados, como a população LGBTQIAP+, cuja ausência no currículo escolar reflete essas mesmas lógicas de hierarquização social. Nesse sentido, Hilário e Santos (2021) evidenciam que: As trajetórias educacionais são atravessadas por múltiplas determinações sociais, que evidenciam desigualdades estruturais relacionadas a raça e gênero.

Quando falamos de respeito à diversidade, um termo conhecido entra em destaque; interseccionalidade. A interseccionalidade se apresenta como uma importante ferramenta analítica para compreender como diferentes marcadores sociais, como gênero, raça, classe e sexualidade, se articulam na produção das desigualdades. A interseccionalidade constitui uma ferramenta analítica fundamental para compreender as múltiplas formas de desigualdade presentes no contexto educacional. Ao articular diferentes marcadores sociais — como gênero, raça, classe e sexualidade —, essa perspectiva permite analisar como tais dimensões se combinam e produzem experiências específicas de exclusão.

Segundo Patricia Hill Collins (2015), a interseccionalidade compreende que raça, classe e gênero não atuam de forma isolada, mas como fenômenos mutuamente constitutivos, sendo um projeto teórico voltado à análise das relações de poder e das desigualdades sociais. Ainda sobre Collins, tradução nossa:

A interseccionalidade investiga como as relações de poder que se entrecruzam moldam tanto as estruturas sociais quanto as experiências individuais. Como teoria social crítica, ela busca compreender a complexidade do mundo social, rejeitando a ideia de que categorias como raça, classe e gênero operem de forma isolada ou independente. Em vez disso, essas categorias são entendidas como mutuamente constitutivas, articulando-se na produção de desigualdades e na organização das relações de dominação. Nesse sentido, a interseccionalidade não é apenas uma ferramenta analítica, mas também um projeto de conhecimento comprometido com a interpretação crítica da realidade e com a promoção da justiça social. (COLLINS, 2015).

Falar a respeito das subalternidades das pessoas LGBT+, não se trataria apenas de seus movimentos e lutas por direitos, mas também seria dialogar sobre relações de gênero e

sexualidade. Em se tratando de gênero e sexualidade, basicamente seria traduzido em um modo de como o indivíduo lida com expressões de afeto, prazer, emoção, etc... É a maneira de como se relacionam, como os desejos e anseios são projetados (sexualidade). No meio social, em suas individualidades, a maneira que se visualizam, é construído uma identidade do próprio ser, identidade essa, sendo conhecido como masculino ou feminino (gênero). Porém, há outras formas de se enxergar, há pessoas que se identificam com os dois gêneros, e tem quem não se identifica com nenhum.

Discutir essas relações ainda é bastante complexo dentro da sociedade, e introduzir o debate sobre gênero e sexualidade em sala aula ainda divide bastante opiniões. (NETO, 2022) ao citar (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019), procura explicar a necessidade de dialogar com esses temas, na busca de compreender o ambiente escolar como um espaço que se circula diversidade, e que por essa razão, é tão importante quantas outras disciplinas.

“Este entendimento permite perceber que o ambiente escolar é permeado pela sexualidade e pelo gênero e, assim sendo, deve favorecer a reflexão e os estudos sobre suas várias dimensões, de modo a impedir quaisquer violências motivadas por estigmas, discriminações, opressões e preconceitos contra a diversidade” (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019. *Apud* NETO, 2022, P.112)

Contudo, algumas alterações em documentos foram alteradas em relação à discussão da mesma temática. Em meados de 2017, o MEC (Ministério da Educação) alterou a versão final do documento BNCC (Base Nacional Comum Curricular) retirando os termos “orientação sexual” e “gênero”. Isso pode ser compreendido como um movimento que vai além de uma simples alteração técnica em um documento oficial. Ela revela tensões profundas sobre o que se considera legítimo ensinar e discutir no espaço escolar. Ao silenciar explicitamente essas expressões, o currículo parece também silenciar, ainda que de forma indireta, vivências, identidades e debates que fazem parte do cotidiano de muitos estudantes. Nesse sentido, a escola, que poderia se afirmar como espaço de escuta e reconhecimento das diferenças, passa a refletir limites impostos por disputas sociais e políticas mais amplas.

Dentro de toda a complexidade que é dialogar sobre as relações de gênero e sexualidade, quando se trata do contexto escolar, essa temática merece uma atenção especial, visto que uma parcela significativa de nossas escolas de

educação básica ainda carrega inúmeros tabus e preconceitos. Afinal, conforme defende Louro (2001), a escola acaba por negar que haja diferença de tratamento entre os gêneros, portanto, ao negar o assunto, considerando irrelevante a necessidade de discuti-lo, contribui para legitimar os papéis masculinos e femininos, produzindo e reproduzindo as desigualdades entre os gêneros. (MARIANO; FERREIRA, 2022, *Apud*, p. 4).

Há Um grande esforço de pesquisadores no meio acadêmico que buscam entender melhor como o ensino de história pode ser aplicado da melhor forma, Paulo Freire é considerado uma grande referência para as ideias de currículo que valorizam a realidade e as experiências vividas pelos alunos dentro e fora da escola. Sua proposta defende que o ensino deve partir do cotidiano dos estudantes, ajudando-os a compreender melhor o mundo em que vivem. Embora tenha sido influenciado pelo pensamento marxista, Freire não se limitou a uma única corrente teórica. Ele desenvolveu uma abordagem mais ampla, combinando diferentes filosofias, como a fenomenologia, que valoriza a experiência vivida, e o existencialismo, que destaca a liberdade e a construção do próprio sentido da vida.

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. [...] A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres ‘vazios’ a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos. (FREIRE, 1987, p. 68).

Corroborando com esse silenciamento, observando um manual do professor de história “Do seu jeito” (primeira edição, São Paulo, 2024), é perceptível o quão ainda é escasso o assunto de “gênero” e “orientação sexual” no livro abordado, apesar da sugestão de atividades amplas que incentive os alunos a pesquisar a respeito, há uma limitação sobretudo com o conteúdo, além das poucas páginas que se refere a comunidade, muito do que é possível ver, são estatísticas do percentual de violência e discriminação acometidas, e a ênfase no seu combate.

Na página 508 do livro, tem um recorte de um texto complementar onde mostra o percentual de pessoas trans e travestis, sobretudo pretas, que sofrem violência no ano de 2022 no Brasil, os números são discrepantes.

Em 2022 as mulheres trans foram 66,3% do total de pessoas trans e travestis vítimas de violência. Homens trans representaram 19,5% enquanto travestis foram 14,3%. [...] Pessoas negras são as mais atingidas em todas as identidades de gênero, mas esse percentual é ligeiramente maior entre travestis: 61,8% das travestis vítimas de violência eram negras, demonstrando quão fundamental é que políticas de prevenção à violência contra LGBTQIAPN+ sejam dotadas de focalização, formuladas e implementadas sob uma perspectiva interseccional, capazes de apreender e proteger, com base nas especificidades de cada subgrupo, a diversidade interna da população LGBTQIAPN+. (CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. (coord.). Atlas da violência 2024. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. p. 65. Disponível em: <https://tedit.net/hl5tkr>. Acesso em: 13 ago. 2024. *Apud* Dias; Pellegrini, 2024)

Porém, apesar da importância em mostrar uma fração da realidade e a busca por um destacamento as políticas inclusivas, não se percebe um aprofundamento sobre o que de fato é a comunidade descrita, e que distinção social histórica se construiu em torno dela para hoje precise de intervenção política para a garantia de direitos.

Não há diálogo sobre como foi o processo histórico em como essas minorias foram tratadas. Contudo, a análise de gênero e sexualidade não se vale somente para falar da comunidade, mas permitir ao aluno entender as relações consigo mesmo e com o próximo, ou seja, o assunto não é só sobre quem faz parte da comunidade LGBTQIAPN+, mas também para quem não faz. Só que dentro do conteúdo se ver uma grande lacuna, se torna raso tanto para a reflexão histórica, quanto social, não se há questionamento no porque que se permeia o preconceito e brutalidade a pessoas que não pertencem a um certo padrão. As próprias informações sugerem a dúvida, como ainda as estatísticas são altas após um grande quadro de combate?

Conclusões:

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a invisibilidade da comunidade LGBTQIA+ no currículo escolar e nos livros didáticos de História não ocorre de forma aleatória, mas está diretamente relacionada a processos estruturais de seleção, organização e legitimação do conhecimento. Tais processos, são escolhas que, historicamente,

foram se constituindo a partir de discursos e representações ligadas às ideias subalternizantes da burguesia capitalista, do patriarcado, do machismo, da misoginia, da LGBTfobia, que na atualidade renovam e orientam as políticas educacionais e diretrizes curriculares como a Base Nacional Comum Curricular e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, acabam por privilegiar narrativas hegemônicas, em detrimento da pluralidade de experiências históricas que compõem a sociedade brasileira.

Nesse contexto, o ensino de História, que possui potencial para problematizar as relações sociais, culturais e políticas, muitas vezes se limita à reprodução de discursos tradicionais, contribuindo para a manutenção de silenciamentos e para a marginalização de sujeitos historicamente excluídos. A ausência ou a abordagem superficial das questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero reforça práticas de exclusão no ambiente escolar, impactando diretamente na formação crítica dos estudantes e na construção de identidades.

Diante disso, torna-se fundamental repensar o currículo escolar e os materiais didáticos a partir de uma perspectiva mais inclusiva e crítica, que reconheça e valorize a diversidade como elemento constitutivo da realidade social. As contribuições de Paulo Freire são especialmente relevantes nesse processo, ao defender uma educação pautada no diálogo, na problematização e na valorização das experiências dos sujeitos, possibilitando a construção de um conhecimento mais democrático e significativo. A partir dessa perspectiva, a educação deve possibilitar que os sujeitos reconheçam as diferentes formas de opressão que os atravessam, o que se aproxima da proposta interseccional de análise das múltiplas desigualdades.

Assim, mesmo sem utilizar o termo, Freire contribui para a construção de uma leitura crítica que considera a complexidade das relações sociais e a necessidade de práticas pedagógicas que enfrentem as diversas dimensões da exclusão. Dessa forma, a articulação entre a pedagogia freireana e a interseccionalidade permite fortalecer propostas educacionais mais inclusivas, capazes de reconhecer a diversidade dos sujeitos e promover a justiça social no contexto escolar.

Assim, mais do que inserir novos conteúdos, trata-se de transformar as próprias bases que orientam a produção e a difusão do conhecimento histórico no espaço escolar. Essa transformação implica o compromisso com práticas pedagógicas que promovam o respeito às diferenças, o enfrentamento das desigualdades e a formação de sujeitos críticos e conscientes

de seu papel na sociedade. Nesse sentido, o ensino de História pode assumir uma função central na construção de uma educação comprometida com a justiça social, a pluralidade e a inclusão.

Referências Bibliográficas:

NETO, João Tomaz dos Santos. Diversidade sexual e de gênero no currículo escolar e na formação docente: desafios e práticas de respeito. **Revista de Ciências Sociais** — Fortaleza, v. 52, n. 3, nov. 2021/fev. 2022, p. 111–132. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/66181>. Acesso em: 30 mar. 2026

MARIANO, André Luiz Sena; FERREIRA, Leandro Borges. Relações de gênero e sexualidade em livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental: um estudo de caso em uma escola de Ilícinea-MG. 2022.

TOKARNIA, Mariana. MEC retira termo “orientação sexual” da versão final da Base Curricular. Agência Brasil, 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>. Acesso em: 25 mar. 2026.

TAMANINI, Paulo Augusto; NORONHA, Vanusa Maria Gomes. *O ensino de história e a BNCC: livros didáticos sob uma análise comparativa*. **Revista Teias**, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2019.39102>. Acesso em: 25 mar. 2026.

DIAS, Adriana Machado; PELLEGRINI, Marco César. **Do seu jeito: história**. 1ª edição, São Paulo: editora ática, 2024. Disponível em: <https://www.edocente.com.br/pnld/ensino-medio/obra/do-seu-jeito-historia-volume-unico-pnld-ensino-medio-2026/>. Acesso em 30 mar. 2026

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 68.

HILÁRIO, Rosângela Aparecida; SANTOS, Vinicius de Souza. **Interseccionalidade, educação e representatividade: o impacto de raça e gênero no percurso acadêmico**.

Revista Interinstitucional Artes de Educar, v. 7, n. 3, p. 1610–1632, 2021. DOI:
10.12957/riae.2021.54677

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, v. 41, p. 1–20, 2015.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Pós-Graduação em Pedagogia